

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial

31 de dezembro

20
20

ny bank

Diretoria

NU PAGAMENTOS S.A.

DIRETORA PRESIDENTE

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Renee Grace Mauldin Atwood

Vitor Guarino Olivier

CONTADORA

Valesca Cidronio Gomes

CRC - 1SP-309969/O-6

(*) Diretor responsável pela contabilidade



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e Administradores da Nu
Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº 2 - Base de preparação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de Fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in purple ink that reads 'Rodrigo Bassi'.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais consolidados do conglomerado prudencial

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.520.454	3.839.048
Disponibilidades		246.393	570.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez		9.274.061	3.268.283
Instrumentos financeiros		40.195.106	22.017.578
Títulos e valores mobiliários	7	22.380.670	9.629.841
Instrumentos financeiros derivativos	8	415	1.183
Relações interfinanceiras	14	628.333	368
Operações de crédito	9	17.185.688	12.386.186
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(1.244.843)	(922.504)
Outros créditos	10	723.305	596.557
Créditos tributários	24	602.707	376.182
Investimentos em participações em controladas	11	8.283	-
Imobilizado de uso		66.253	44.848
Intangível		33.844	5.094
Depreciações e amortizações		(27.536)	(12.728)
Total do Ativo		49.877.573	25.944.075
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		47.537.088	24.430.161
Depósitos	12	29.033.062	10.854.503
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	502.775	487.906
Relações interfinanceiras	14	17.317.548	12.007.466
Obrigações por empréstimos	15	254.696	387.194
Obrigações por empréstimos colateralizados	16	414.542	684.866
Instrumentos financeiros derivativos	8	14.465	8.226
Outras obrigações	17	645.633	339.556
Provisões legais	18	85.613	84.444
Receita diferida		130.113	85.258
Obrigações fiscais diferidas	24	40.771	2.814
Total do Passivo		48.439.218	24.942.233
Patrimônio líquido	20	1.438.355	1.001.842
Capital social		2.087.260	1.557.410
Reservas de capital		243.989	104.275
Outros resultados abrangentes		(2.929)	(61)
(-) Prejuízos acumulados		(889.965)	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		49.877.573	25.944.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado consolidado do conglomerado prudencial

**SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	21	2.522.067	4.592.664	2.566.846
Receita de operações de crédito		693.435	1.467.716	995.571
Receita de tarifas e similares		1.567.356	2.468.887	1.111.730
Resultado de títulos e valores mobiliários		377.031	746.934	472.761
Resultado de negociação de derivativos		(116.560)	(91.678)	(13.216)
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão		805	805	-
Despesas da intermediação financeira	22	(1.046.609)	(1.796.920)	(825.732)
Despesa de juros e similares		(290.946)	(576.442)	(447.003)
Despesa com tarifas e similares		(769.200)	(1.160.135)	(383.835)
Variação cambial		13.537	(60.343)	5.106
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		1.475.458	2.795.744	1.741.114
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(458.009)	(849.403)	(692.940)
Resultado de intermediação financeira		1.017.449	1.946.341	1.048.174
Outras receitas/despesas operacionais	23	(1.193.874)	(2.251.709)	(1.501.985)
Outras despesas relacionadas a crédito		(121.485)	(252.612)	(278.762)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(245.067)	(499.716)	(285.844)
Despesas de pessoal		(388.686)	(708.798)	(364.473)
Despesas tributárias		(218.887)	(366.135)	(192.759)
Despesas de provisões legais		(410)	(1.169)	(485)
Outras despesas administrativas		(199.291)	(376.416)	(329.552)
Resultado de participações em controladas		(1.717)	(1.717)	-
Outras receitas operacionais		6.771	22.624	19.136
Outras despesas operacionais		(25.102)	(67.770)	(69.246)
Resultado antes de tributos e participações		(176.425)	(305.368)	(453.811)
Tributos e participações	24	41.262	75.185	141.110
Provisão para imposto de renda		(44.012)	(69.562)	(11.248)
Provisão para contribuição social		(26.227)	(41.909)	(7.018)
Imposto fiscal diferido		111.501	186.656	159.376
Resultado líquido		(135.163)	(230.183)	(312.701)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,56)	(0,95)	(1,99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do conglomerado prudencial

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2018		1.368.171	86.197	-	(379.174)	1.075.194
Aumento de capital	20	189.239	-	-	-	189.239
Opção de ações outorgadas	20	-	50.171	-	-	50.171
Opção de ações exercidas	20	-	(32.093)	-	32.093	-
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	(61)	-	(61)
Resultado do exercício		-	-	-	(312.701)	(312.701)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Mutações no período		189.239	18.078	(61)	(280.608)	(73.352)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Aumento de capital	20	529.850	-	-	-	529.850
Outorgas de Plano de ações	20	-	139.714	-	-	139.714
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	(4.027)	-	(4.027)
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado	7	-	-	1.159	-	1.159
Resultado do exercício		-	-	-	(230.183)	(230.183)
Saldo em 31/12/2020		2.087.260	243.989	(2.929)	(889.965)	1.438.355
Mutações no período		529.850	139.714	(2.868)	(230.183)	436.513
Saldo em 30/06/2020		1.557.410	153.376	21.292	(754.802)	977.276
Aumento de capital	20	529.850	-	-	-	529.850
Outorgas de Plano de ações	20	-	90.613	-	-	90.613
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	(24.247)	-	(24.247)
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado	7	-	-	26	-	26
Resultado do semestre		-	-	-	(135.163)	(135.163)
Saldo em 31/12/2020		2.087.260	243.989	(2.929)	(889.965)	1.438.355
Mutações no período		529.850	90.613	(24.221)	(135.163)	461.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados do conglomerado prudencial

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

		31/12/2020		31/12/2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		(135.163)	(230.183)	(312.701)
Ajustes ao resultado líquido:				
Depreciação/amortização		8.056	14.348	7.088
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	9	525.546	949.030	767.119
Resultado com tributos diferidos	24	(111.501)	(186.656)	(159.376)
Resultado de participação em controladas	11	1.717	1.717	-
Despesas de provisões legais	18	410	1.169	485
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários		284	(73.964)	(10.356)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos		(1.224)	(227)	8.620
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		9.245	7.007	7.040
Ajuste de marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa	8	(40.413)	(6.713)	(101)
Variação cambial de obrigações por empréstimos	15	(13.588)	69.266	(4.234)
Juros de obrigações por empréstimos	15	7.173	16.623	14.924
Juros de obrigações por empréstimos colateralizados	16	8.509	23.919	45.269
Juros de instrumentos financeiros emitidos	13	5.045	13.740	15.326
Juros de instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	5.499	10.490	4.398
Plano de ações	20	90.613	139.714	50.171
Outros		41	(7.622)	997
Resultado ajustado		360.249	741.658	434.669
(Aumento)/redução líquido de ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários para negociação		(9.764.183)	(12.321.620)	(6.690.072)
Relações interfinanceiras		(612.401)	(627.965)	(368)
Operações de crédito		(5.032.157)	(5.426.193)	(5.937.294)
Outros créditos		(220.955)	(126.288)	(316.680)
Aumento/(redução) líquido de passivos operacionais:				
Depósitos		11.669.697	18.178.559	8.418.488
Relações interfinanceiras		5.336.141	5.310.082	5.520.749
Outras obrigações		235.277	357.198	175.478
Receita diferida		37.202	44.855	43.299
Pagamento de juros sobre instrumentos financeiros emitidos	13	(126)	(126)	-
Pagamento de juros sobre obrigações por empréstimos	15	(5.332)	(13.504)	(9.851)
Pagamento de juros sobre obrigações por empréstimos colateralizados	16	(8.877)	(24.882)	(44.494)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(22.560)	(51.121)	(13.636)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		1.971.975	6.040.653	1.580.288
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Variação líquida de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(187.328)	(353.312)	31.675
Aquisição de ativo imobilizado		(8.235)	(22.149)	(17.736)
Aquisição de ativo intangível		(20.708)	(29.410)	(3.143)
Baixas de ativo imobilizado		651	745	4.564
Baixas de ativo intangível		660	660	-
Aumento de capital em controladas		(10.000)	(10.000)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(224.960)	(413.466)	15.360
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de obrigações sobre instrumentos financeiros emitidos	13	-	-	383.350
Aumento de obrigações por empréstimos	15	-	-	499.499
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos	15	(107.500)	(204.883)	(308.381)
Aumento de obrigações por empréstimos colateralizados	16	-	-	500.000
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos colateralizados	16	(190.269)	(269.361)	(66.667)
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	-	-	75.000
Pagamento de principal sobre instrumentos financeiros emitidos	13	(9.008)	(9.008)	-
Aumento de capital	20	529.850	529.850	189.239
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		223.073	46.598	1.272.040
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.550.404	3.839.048	972.357
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(38)	7.621	(997)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		9.520.454	9.520.454	3.839.048
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.970.088	5.673.785	2.867.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nu Pagamentos”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39 - São Paulo - Brasil. O conglomerado prudencial é liderado pela Companhia, e inclui as suas controladas, aqui denominado “Nubank” ou “Grupo”.

O Nubank tem por objeto as atividades de emissão e administração de cartões de créditos e de programa de fidelidade, a transferência de pagamentos pós-pagos, créditos digitais (recarga de celular), gestão de depósitos e de conta de pagamento pré-pago, assim como oferecer operações de crédito a seus clientes. O Nubank possui como principais produtos: (i) o cartão de crédito internacional com a bandeira Mastercard, controlado por meio de aplicativo para *smartphones*, e que possui o programa de pontos Nubank Rewards, (ii) a Conta do Nubank, uma conta de pagamento 100% digital, sem tarifas, com remuneração de 100% da taxa DI e com opção de depósitos em RDB, transferências entre contas do Nubank, Pix e TEDs para todos os bancos, pagamento de boletos, saques através da rede de caixas eletrônicos 24 horas, recarga de celular e função débito e (iii) contratação de empréstimo pessoal totalmente customizável em termos de valores e prazos.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões, juntamente com o crescimento previsto no volume de operações de empréstimo pessoal pela Nu Financeira aos clientes portadores de contas pagamento (Conta do Nubank) da Nu Pagamentos e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios do Grupo.

A Nu Pagamentos foi constituída em maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Em maio de 2017, a Nu Pagamentos foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e, em julho de 2019, foi autorizado para prestar serviços de pagamento relativo à modalidade de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

A Companhia possui entre suas controladas a Nu Financeira S.A. - SCFI (“Nu Financeira”), a qual tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Em novembro de 2018, a Nu Financeira foi autorizada a operar na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento pelo BACEN.

Durante o exercício de 2020, visando aumentar o portfólio de produtos para os clientes do Grupo, o mesmo constituiu:

(i) a Nu Produtos Ltda. (“Nu Produtos”), a qual possui como objetivo realizar a prestação de atividades auxiliares de seguro e previdência complementar; e

(ii) a Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Nu DTVM”), através de sua controlada Nu Financeira, a qual possui como objetivo distribuir fundos de investimento do Nubank e também de terceiros; ofertar instrumentos financeiros de renda fixa e variável e também prover serviço de custódia de ativos.

Em 23 de dezembro de 2020 a Nu DTVM, subsidiária indireta da Companhia, foi autorizada a funcionar na forma de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, pelo BACEN.

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia anunciou a aquisição de 100% das ações das empresas integrantes da plataforma de investimentos Easynvest.

A Easynvest possui aproximadamente 1,5 milhão de clientes e cerca de R\$24 bilhões de ativos sob custódia e mais de 400 opções de investimentos, sendo a maior corretora independente a dar autonomia para as pessoas realizarem seus investimentos, além de buscar a democratização do acesso a serviços financeiros no país.

A conclusão da aquisição ocorrerá após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, o Nubank prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós-crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme disposto na Circular nº 3.833/17 do BACEN, e demais regulamentações complementares do BACEN. Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e fundos de investimentos que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios do Grupo.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela administração em 26 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado consolidados

A Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 (que revogou a Resolução nº 4.720 do CMN de 13 de maio de 2019) e a Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020, estabeleceram critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2021 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentados nesta demonstração financeira para fins comparativos, estão sendo reapresentados para conformidade com essas normas. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do exercício reapresentado. Em decorrência das alterações nas linhas do Balanço Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Fluxo de caixa para o referido período está sendo reapresentada.

Balanço patrimonial

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.839.048	3.839.048
Disponibilidades.....	570.765	-	570.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3.268.283	-	3.268.283
Instrumentos financeiros	-	22.017.578	22.017.578
Títulos e valores mobiliários e derivativos.....	9.630.571	(9.630.571)	-
Relações interfinanceiras.....	368	-	368
Títulos e valores mobiliários.....	-	9.629.841	9.629.841
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	1.183	1.183
Operações de crédito.....	253.971	12.132.215	12.386.186
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(20.110)	(902.394)	(922.504)
Outros créditos.....	12.161.541	(11.564.984)	596.557
Outros valores e bens.....	41.472	(41.472)	-
Créditos tributários.....	-	376.182	376.182
Imobilizado de uso.....	32.739	12.109	44.848
Intangível.....	4.475	619	5.094
Depreciações e amortizações.....	-	(12.728)	(12.728)
Total do Ativo	25.944.075	-	25.944.075

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

15

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	24.430.161	24.430.161
Depósitos.....	9.428.641	1.425.862	10.854.503
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	399.888	88.018	487.906
Relações interfinanceiras.....	11.971.391	36.075	12.007.466
Obrigações por empréstimos.....	387.194	-	387.194
Obrigações por empréstimos colateralizados.....	-	684.866	684.866
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	8.226	8.226
Outras obrigações.....	2.669.861	(2.330.305)	339.556
Provisões para contingências.....	-	84.444	84.444
Receita diferida.....	-	85.258	85.258
Obrigações fiscais diferidas.....	-	2.814	2.814
Resultados de exercícios futuros.....	85.258	(85.258)	-
Patrimônio líquido	1.001.842	-	1.001.842
Capital social.....	1.557.410	-	1.557.410
Reservas de capital.....	104.275	-	104.275
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(61)	61	-
Outros resultados abrangentes.....	-	(61)	(61)
(-) Prejuízos acumulados.....	(659.782)	-	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	25.944.075	-	25.944.075

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Operações de crédito e Instrumentos financeiros derivativos;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Recursos de aceites e emissão de títulos, Relações interfinanceiras, Obrigações por empréstimos, Obrigações por empréstimos colateralizados e Instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do resultado

	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
	(Originalmente		(Reapresentado)
	apresentado)		
Receitas de intermediação financeira	568.144	1.998.702	2.566.846
Operações de crédito.....	108.886	(108.886)	-
Receita de operações de crédito.....	-	995.571	995.571
Receita de tarifas e similares.....	-	1.111.730	1.111.730
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	472.474	(472.474)	-
Resultado de títulos e valores mobiliários.....	-	472.761	472.761
Resultado de negociação de derivativos.....	(13.216)	-	(13.216)
Despesas da intermediação financeira	(878.191)	52.459	(825.732)
Operações de captação no mercado.....	(90.429)	90.429	-
Operações de empréstimos e repasses.....	(15.013)	15.013	-
Despesa de juros e similares.....	-	(447.003)	(447.003)
Despesa com tarifas e similares.....	-	(383.835)	(383.835)
Resultado de operações de câmbio.....	(5.630)	5.630	-
Variação cambial.....	-	5.106	5.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(767.119)	767.119	-
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas	(310.047)	2.051.161	1.741.114
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(692.940)	(692.940)
Resultado de intermediação financeira	(310.047)	1.358.221	1.048.174
Outras receitas / despesas operacionais	(144.971)	242.890	(1.501.985)
Receitas de prestação de serviços.....	933.255	(933.255)	-
Rendas de tarifas bancárias.....	102.043	(102.043)	-
Outras despesas relacionadas a crédito.....	-	(278.762)	(278.762)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados.....	-	(285.844)	(285.844)
Despesas de pessoal.....	(364.473)	-	(364.473)
Despesas tributárias.....	(192.727)	(32)	(192.759)
Provisões.....	-	(485)	(485)
Outras despesas administrativas.....	(1.035.721)	706.169	(329.552)
Outras receitas operacionais.....	1.113.482	(1.094.346)	19.136
Outras despesas operacionais.....	(700.830)	631.584	(69.246)
Resultado operacional	(455.018)	1.207	(453.811)
Resultado não operacional	1.207	(1.207)	-
Resultado antes de tributos e participações	(453.811)	-	(453.811)
Tributos e participações.....	141.110	-	141.110
Resultado líquido	(312.701)	-	(312.701)

- As “Outras receitas operacionais”, que eram compostas por “Rendas com CCBs adquiridos”, “Variação cambial positiva” e “Outras receitas operacionais”, foram reclassificadas, conforme avaliação da Companhia perante a natureza destas operações, para outras linhas como “Receita de operações de crédito”, “Receita de tarifas e similares” e algumas se mantiveram em “Outras receitas operacionais”.
- As “Receitas de prestação de serviços” e “Rendas de tarifas bancárias”, foram reclassificadas para a linha de “Receita de tarifas e similares”, conforme avaliação da Companhia perante a natureza destas operações.
- As Despesas de intermediação financeira foram reapresentadas para melhor demonstrar sua natureza, passando de Operações de captação no mercado e Operações de empréstimos e repasses para Despesa de juros e similares e Despesa com tarifas e similares.

- Foram adicionadas as linhas “Outras despesas relacionadas a crédito”, “Despesas de infraestrutura e processamento de dados” e “Provisões”, para melhor apresentar as outras receitas/despesas operacionais, principalmente aquelas que se encontravam em “Outras despesas administrativas” e “Outras despesas operacionais”.
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anterior ao “Resultado de intermediação Financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos contábeis da Nu Pagamentos e todas as suas subsidiárias sobre as quais a Companhia possui controle direto ou indireto, exceto pelas empresas que não atendam o artigo 1º da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN, as quais são tratadas como investimento, independente da Companhia possuir controle. O controle é alcançado quando a Companhia (i) possui poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou possui direitos a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas no mesmo período da Companhia e aplicando políticas contábeis consistentes.

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida quando fatos e circunstâncias indicarem que há alterações em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém controle sobre a controlada e cessa quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a subsidiária.

O lucro ou prejuízo e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos ao patrimônio líquido da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as subsidiárias listadas abaixo:

Entidade	Controle	País	2020	2019
Nu Payments, LLC (i)	Direto	EUA	100%	100%
Nu Investimentos Ltda. (ii)	Direto	Brasil	100%	100%
Nu Financeira S.A. - SCFI (iii)	Direto	Brasil	100%	100%
Nu DTVM Ltda. (iv)	Indireto	Brasil	100%	-

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 3 de janeiro de 2018;

(iii) Nu Financeira S.A. - SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018; e

(iv) Nu DTVM Ltda.: Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Nu Financeira e indireta da Companhia, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de agosto de 2020.

Adicionalmente, foram consolidados os fundos de investimento em que o Nubank assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, a saber:

Fundo	País
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU	Brasil
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil
Fundo de Investimento Ostrum Soberano Renda Fixa Referenciado DI	Brasil
Nu Fundo de Investimento em Ações	Brasil

Os saldos e transações com partes relacionadas e quaisquer receitas e despesas não realizadas decorrentes de transações com partes relacionadas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as entidades consolidadas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular no 3.068, de 08 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(i) Hedge

O Grupo aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), o Grupo documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, o Grupo avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os instrumentos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, o Grupo pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). O Grupo aplica contabilidade de hedge de fluxo de caixa, e aplicava até o primeiro semestre de 2020 hedge de risco de mercado, o qual foi descontinuado.

(ii) Contabilização do hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos hedges de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Quando um instrumento de hedge expira ou é vendido, ou quando um hedge não mais atende aos critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio

e são reconhecidos na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi reconhecido no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. O Grupo está exposto ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

(iii) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como resultado de negociação e similares. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de ava-

liação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

O Grupo possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59o dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60o dia, os juros ficam represados, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

O Grupo observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínimo requerido. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão mínima) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso,

tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

O Grupo conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos de perda esperada, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Outros créditos

Além de outros valores a receber, a rubrica “Outros créditos” no Balanço Patrimonial é composta substancialmente por:

Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes.

Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para originação de operações de cartão de crédito, sendo os mais relevantes os custos de emissão de cartões. Os custos de emissão de cartões são amortizados utilizando a curva de sobrevivência com base na expectativa da vida útil do cartão.

h. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos do Grupo e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis do ativo imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida, relativa ao ativo imobilizado, pode ser revertida parcial ou totalmente quando uma mudança nas circunstâncias leva a uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado. O valor contábil do imobilizado somente será aumentado até o valor que teria sido se a redução ao valor recuperável original não fosse reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras consolidadas.

j. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

k. Depósitos

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros. Certos depósitos representam operações vinculadas sendo a liquidação da obrigação condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

l. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard relativos às operações de cartões de crédito e a outros sistemas de liquidação.

n. Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros e/ou com partes relacionadas, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

o. Receita diferida

Entende-se como receita diferida as receitas correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), cuja apropriação como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

A Companhia possui um programa de recompensa para seus clientes de cartão de crédito chamado “Nubank Rewards”. O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com a utilização do cartão de crédito na proporção de R\$1,00 (um Real) igual a 1 ponto. O número de pontos gerados pode ser maior para transações com algumas empresas parceiras ou para transações que atendem às pré-condições do Nubank. Os pontos não expiram e não há limite para a quantidade de recompensas que um membro elegível do cartão pode ganhar. O resgate dos pontos é realizado mediante a compensação dos pontos com compras feitas pelo usuário em várias categorias de despesas, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte e música, ou através de cashback.

O valor financeiro estimado desses pontos inicialmente reduz a receita de intercâmbio e é apresentado como receita diferida. A receita é transferida para o resultado quando os pontos são resgatados pelos clientes.

p. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

q. Pagamento baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de opções de ações (“SOPs”), Restricted Stock Units (“RSUs”) e outras transações com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

As despesas com pagamentos baseados em ações são registradas com base no valor justo na data da concessão, que é estimado por meio de diferentes modelos de avaliação. É necessário julgamento significativo ao determinar as entradas no modelo de valor justo. Os valores justos dos SOPs, RSUs e das outras transações concedidas são reconhecidos como uma despesa durante o período em que são adquiridos (durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos e determinados requisitos devem ser atendidos). Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo para SOPs e RSUs e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada considerando os tranches individuais de aquisição dos SOPs e RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de SOPs e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

s. Resultado por ação

O resultado por ação do Grupo é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Grupo reconhece provisão complementar para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito adicionais à provisão mínima com base nos critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tal provisão representa as melhores estimativas da administração referente às perdas esperadas na data dessas demonstrações financeiras.

A administração realiza análise nas suas carteiras de crédito para determinar indícios de redução no valor recuperável e para avaliar a adequação da provisão com base em tendências históricas e atuais, bem como outros fatores que afetam as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principais julgamentos

Os principais julgamentos realizados pela administração em vista da provisão complementar:

- a) Definição de inadimplência
- b) Estimativas e informações prospectivas
- c) Probabilidade de inadimplência
- d) Valor esperado da exposição no momento da inadimplência
- e) Valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência
- f) Perda de crédito final, dado o evento da inadimplência

A análise de sensibilidade para a probabilidade de inadimplência em função de mudanças nos cenários macroeconômicos, crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, está apresentada na Nota 26 (f).

b. Pagamento baseado em ação

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A estimativa do valor justo das transações de pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições de cada outorga. Esta estimativa também requer a determinação dos dados mais adequados para as opções e modelos de avaliação das RSUs para determinar o valor justo das ações ordinárias, incluindo a vida útil esperada, volatilidade e rendimento de dividendos para o modelo Black-Scholes aplicado aos SOPs, cumprimento das condições de mercado para outras transações com pagamento baseado em ações, taxas de desconto e descontos pela falta de comercialização para RSUs.

Principais julgamentos

Os valores justos das opções de compra de ações e RSUs levam em consideração, entre outras coisas, os termos do contrato e dados observáveis de mercado, que incluem uma série de fatores e julgamentos da administração, conforme divulgado acima. Ao exercer esse julgamento, uma variedade de ferramentas é usada, incluindo dados observáveis comparáveis, dados históricos e técnicas de extrapolação. As técnicas de extrapolação consideram as características comportamentais dos mercados de ações que foram observados ao longo do tempo e para os quais há um forte argumento para apoiar a expectativa de uma tendência contínua no futuro. As estimativas são calibradas para preços de mercado observáveis quando se tornam disponíveis.

O Grupo acredita que seus métodos de avaliação são apropriados e consistentes com os de outros participantes do mercado. No entanto, o uso de diferentes métodos de avaliação ou premissas, incluindo imprecisão na estimativa de dados de mercado não observáveis, para determinar o valor justo dos SOPs, RSUs e das outras transações com pagamento baseado em ações pode resultar em diferentes estimativas de valor justo.

c. Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os casos que representem perdas com uma provável saída de recursos para a liquidação. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e seu significado jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos.

Principais julgamentos

A provisão representa principalmente a melhor estimativa da administração da responsabilidade futura da Companhia em relação a reclamações cíveis e trabalhistas. É necessário um julgamento significativo por parte da administração para determinar as premissas adequadas, que incluem o nível de reclamações que se espera receber, daquelas, o número que será mantido e corrigido (refletindo as responsabilidades legais e regulatórias, incluindo a determinação da responsabilidade e o efeito de a barra de tempo). A complexidade de tais assuntos frequentemente requer a assistência de profissionais especializados para auxiliar nas avaliações para produzir estimativas.

O valor que é reconhecido como uma provisão também pode ser suscetível às premissas assumidas no cálculo. Isso dá origem a uma ampla gama de resultados potenciais que requerem julgamento na determinação de um nível de provisão apropriado. A Companhia acredita que os seus métodos de avaliação dos passivos contingentes são adequados e consistentes ao longo dos períodos. A administração acredita que, devido à quantidade atual de perdas e ao valor total envolvido, caso utilizasse as premissas diferentes que deveriam ser utilizadas, não ocorreria impacto material na provisão.

d. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os inputs relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 25.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa.....	33	152
Banco - conta movimento.....	163.094	499.341
Outras reservas livres.....	48.512	61.919
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	34.754	9.353
Total	246.393	570.765

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>0 - 30</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	9.274.061	9.274.061	3.251.145
Posição bancada	9.274.061	9.274.061	2.495.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	7.936.226	7.936.226	42.158
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.000.137	1.000.137	56.994
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	337.698	337.698	2.395.995
Vinculados a saldos em conta pré-paga	-	-	755.998
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	377.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-	377.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	17.138
Total	9.274.061	9.274.061	3.268.283

As aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 31 de dezembro de 2020 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI"). A taxa das aplicações compromissadas e das operações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2019 variam entre 100% e 102,45% do DI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria.....	14.130.019	2.178.968
Vinculados a saldos em conta pré-paga.....	6.822.735	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias.....	1.164.917	2.301.427
Vinculados ao Banco Central.....	262.999	-
Total	22.380.670	9.629.841
Circulante.....	22.380.670	9.628.801
Não circulante.....	-	1.040

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

29

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	14.056.821	14.130.019	778.993	2.948.539	10.402.487	2.178.968
Para negociação	13.296.781	13.368.071	17.045	2.948.539	10.402.487	2.129.624
Disponível para venda	760.040	761.948	761.948	-	-	49.344
Vinculados a saldos em conta pré-paga	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Para negociação	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias	1.155.776	1.164.917	-	669.424	495.493	2.301.427
Para negociação	1.155.776	1.164.917	-	669.424	495.493	1.944.243
Disponível para venda	-	-	-	-	-	357.184
Vinculados ao Banco Central	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Para negociação	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Total	22.297.565	22.380.670	778.993	8.613.821	12.987.856	9.629.841

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

30

b. Para negociação

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	13.296.781	13.368.071	17.045	2.948.539	10.402.487	2.129.624
Títulos públicos - Brasil	13.185.582	13.256.872	-	2.859.873	10.396.999	1.875.622
Letras do Tesouro Nacional.....	11.129.511	11.201.736	-	883.088	10.318.648	1.838.635
Letras Financeiras do Tesouro	2.054.038	2.053.017	-	1.976.785	76.232	34.866
Notas do Tesouro Nacional.....	2.033	2.119	-	-	2.119	2.121
Títulos privados	94.154	94.154	-	88.666	5.488	253.802
Certificados de depósitos bancários (i).....	94.154	94.154	-	88.666	5.488	253.802
Cotas de fundos de investimento	17.045	17.045	17.045	-	-	200
Cotas de fundos de investimento.....	17.045	17.045	17.045	-	-	200
Vinculados a saldos em conta pré-paga	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Títulos públicos - Brasil	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	-	163.066
Letras Financeiras do Tesouro	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	4.986.380
Vinculados a prestação de garantias	1.155.776	1.164.917	-	669.424	495.493	1.944.243
Títulos públicos - Brasil	577.176	586.643	-	91.275	495.368	309.322
Letras do Tesouro Nacional.....	485.853	495.332	-	-	495.332	188.675
Letras Financeiras do Tesouro	91.319	91.307	-	91.275	32	120.643
Notas do Tesouro Nacional.....	4	4	-	-	4	4
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	578.475	578.149	-	578.149	-	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro	578.475	578.149	-	578.149	-	1.633.185
Títulos privados	125	125	-	-	125	1.736
Certificados de depósitos bancários (i).....	-	-	-	-	-	1.736
Letras de câmbio.....	117	117	-	-	117	-
Recibos de depósitos bancários (i).....	8	8	-	-	8	-
Vinculados ao Banco Central	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Títulos públicos - Brasil	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Letras do Tesouro Nacional.....	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Total	21.537.525	21.618.722	17.045	8.613.821	12.987.856	9.223.313

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) pós fixados. A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

c. Disponível para venda

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	760.040	761.948	761.948	-	-	49.344
Cotas de fundos de investimento	760.040	761.948	761.948	-	-	49.344
Cotas de fundos de investimento (i)	760.040	761.948	761.948	-	-	49.344
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	-	357.184
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	356.144
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	356.144
Títulos privados	-	-	-	-	-	1.040
Letras de câmbio	-	-	-	-	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-	-	926
Total	760.040	761.948	761.948	-	-	406.528

(i) Refere-se majoritariamente à aplicação em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que investe principalmente em títulos soberanos brasileiros com rendimento de 89,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020, e 97% do CDI em 31 de dezembro de 2019. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são um ganho de R\$1.933 e R\$0 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo está autorizado a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	2.436.239	687.423	18.125	3.141.787	3.235.027
Taxa de juros	1.863.882	687.423	18.125	2.569.430	2.713.767
Moeda estrangeira	572.357	-	-	572.357	521.260
Compromissos de venda	254.205	1.320.819	11.265.812	12.840.836	2.000.596
Taxa de juros	254.205	1.320.819	11.265.812	12.840.836	2.000.596
Contratos de swaps	-	-	53.100	53.100	53.100
Taxa de juros	-	-	53.100	53.100	53.100
Total	2.690.444	2.008.242	11.337.037	16.035.723	5.288.723

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuros por fator de risco

	31/12/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	15.410.266	27	12.582
Futuro - DI	15.410.266	27	12.582
Moeda estrangeira	572.357	141	1.883
Futuro - Dólar	572.357	117	1.883
Futuro - Euro	-	24	-
Total	15.982.623	168	14.465

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	4.714.364	453	5.547
Futuro - DI	4.714.364	453	5.547
Moeda estrangeira	521.260	-	2.679
Futuro - Dólar	508.840	-	2.636
Futuro - Euro	12.420	-	43
Total	5.235.624	453	8.226

Os contratos de futuros são negociados na bolsa de valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pelo Grupo em operações em bolsa era de R\$584.541 (R\$309.318 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de contratos de swap por fator de risco

	31/12/2020					
	Valor de referência	Custo amortizado		Valor de mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap Pré x DI	53.100	63.920	58.337	87.420	70.906	247
Total	53.100	63.920	58.337	87.420	70.906	247

	31/12/2019					
	Valor de referência	Custo amortizado		Valor de Mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap Pré x DI	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730
Total	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados em Balcão com instituições financeiras como contraparte.

O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de dezembro de 2020 se refere à variação de mercado do último dia útil do mesmo mês.

d. Análise dos derivativos designados como hedge de fluxo de caixa

Hedge de risco cambial

O Grupo está exposto ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas de infraestrutura e processamento de dados contratados.

O Grupo administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação a movimentos em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nominais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de hedge. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de hedge e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continua provável. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e os derivativos contratados.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(61)	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em Outros Resultados Abrangentes.....	37.819	5.971
Valor reclassificado de reserva de hedge de fluxo de caixa para o resultado.....	(44.532)	(6.072)
Ganhos/(perdas) estimadas para os próximos 12 meses	(6.713)	(101)
Impostos.....	2.686	40
Saldo final	(4.088)	(61)

Principais transações e compromissos futuros do objeto de hedge

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Principais transações					
Transações previstas em moeda estrangeira.....	60.710	180.498	-	241.208	81.277
Total	60.710	180.498	-	241.208	81.277

e. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de taxa de juros

O Grupo acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida a uma taxa pré-fixada. Para se proteger de eventuais oscilações na mudança da taxa de juros, que é o componente de risco do objeto protegido, o Grupo

realizou operações com derivativos a fim de compensar os riscos decorrentes da sua exposição a variações no valor de mercado. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito do Grupo, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerada inefetividade.

Em 9 de março de 2020, a operação de hedge de risco de mercado realizada pelo Grupo ultrapassou os limites de efetividade estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.082/2002, sendo assim, foi descontinuada a contabilidade de hedge. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto do hedge existente na data do encerramento do hedge contábil, passou a ser amortizado pelo prazo contratual dessa operação. A despesa de marcação a mercado da letra financeira subordinada (objeto de hedge) reconhecido até o momento da descontinuidade do Hedge totalizou R\$1.769 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo apresentado na rubrica Despesa de juros e similares nas demonstrações do resultado. O impacto no resultado decorrente da amortização do valor justo do item objeto de hedge totalizou no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$545 e R\$1.542 respectivamente, sendo apresentado na rubrica “Despesa de juros e similares” da demonstração de resultado.

	31/12/2019				
	Objeto de hedge			Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Variação	Inefetividade do hedge	Valor nominal	Resultado
Risco de taxa de Juros	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Hedge de Captações	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Total	88.772	8.620	373	53.100	8.993

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição das operações de crédito

	31/12/2020		31/12/2019	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Modalidades de crédito				
Empréstimo pessoal	1.044.401	(136.255)	253.971	(20.110)
Cartão de crédito	16.141.287	(1.108.588)	12.132.215	(902.394)
Total	17.185.688	(1.244.843)	12.386.186	(922.504)
Circulante	17.055.031	(1.236.288)	12.342.492	(917.359)
Não circulante	130.657	(8.555)	43.694	(5.145)

As operações de crédito são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que o Grupo não possui concentração de contraparte.

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Curso Normal	16.416.173	11.568.001
Parcelas vencidas	119.042	111.212
Até 14 dias	119.042	111.212
Parcelas a vencer	16.297.131	11.456.789
até 3 meses	12.198.785	9.016.970
3 a 6 meses	2.557.220	1.632.422
6 a 12 meses	1.415.874	767.541
acima de 12 meses	125.252	39.856
Curso Anormal	769.515	818.185
Parcelas vencidas	676.979	653.764
Acima de 14 dias	676.979	653.764
Parcelas a vencer	92.536	164.421
até 3 meses	54.919	100.539
3 a 6 meses	17.484	35.367
6 a 12 meses	14.728	24.677
acima de 12 meses	5.405	3.838
Total	17.185.688	12.386.186

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução no 2.682/99 do CMN

Nível	31/12/2020			31/12/2019		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	16.218.534	-	16.218.534	11.427.243	-	11.427.243
B	66.985	60.413	127.398	73.966	86.646	160.612
C	43.818	84.131	127.949	52.361	104.541	156.902
D	21.202	61.171	82.373	6.691	84.779	91.470
E	8.674	46.062	54.736	2.656	76.904	79.560
F	5.873	38.686	44.559	202	68.480	68.682
G	5.085	34.712	39.797	32	60.552	60.584
H	46.002	444.340	490.342	4.850	336.283	341.133
Total	16.416.173	769.515	17.185.688	11.568.001	818.185	12.386.186

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	31/12/2020			Provisão Total	Índice de cobertura %
	Curso Normal	Curso Anormal	Total		
1	8.808.711	22	8.808.733	(45.876)	0,5%
2	4.654.719	172	4.654.891	(170.251)	3,7%
3	2.159.598	4.880	2.164.478	(243.684)	11,3%
4	543.645	2.286	545.931	(182.455)	33,4%
5	249.500	762.155	1.011.655	(602.577)	59,6%
Total	16.416.173	769.515	17.185.688	(1.244.843)	7,2%

31/12/2019						
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %	
1	5.271.300	91	5.271.391	(26.558)	0,5%	
2	3.457.897	1.114	3.459.011	(85.678)	2,5%	
3	1.924.314	7.133	1.931.447	(169.394)	8,8%	
4	132.534	13.325	145.859	(30.539)	20,9%	
5	781.956	796.522	1.578.478	(610.335)	38,7%	
Total	11.568.001	818.185	12.386.186	(922.504)	7,4%	

Para gestão do risco de crédito, o Grupo utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

O cenário macroeconômico sofreu relevante alteração ao longo do ano de 2020, decorrente dos impactos e aprofundamento da crise oriunda do COVID-19.

Para a modalidade de empréstimos pessoais, diante da mudança de expectativas macroeconômicas, que ocorreu principalmente a partir da segunda quinzena de março, houve uma desaceleração na concessão de novos empréstimos que, contudo, pôde ser retomada no segundo semestre de 2020, uma vez que o portfólio se manteve concentrado em menores níveis de risco.

Devido à crise, renegociações e postergações de prazo passaram a ser oferecidas aos clientes a partir de março de 2020, o que contribuiu para um aumento da cobertura por nível de risco deste portfólio, dado que essas operações são, por natureza, mais arriscadas.

Paralelamente, ocorreu uma migração natural de créditos de empréstimos pessoais de curso normal para curso anormal em decorrência da maturidade e formação da carteira de crédito. Entretanto, para a modalidade de cartão de crédito, a Companhia observou uma constante melhora nos indicadores de risco de crédito, efeito este também capturado pelos modelos internos de crédito, refletindo uma migração para níveis de risco melhores e queda na representatividade da carteira em curso anormal em comparação à 31 de dezembro de 2019. Os movimentos de provisão e aumento do índice de cobertura das faixas de maior risco de inadimplência do portfólio refletem essas alterações das características de risco do portfólio, além de englobarem as mudanças de expectativas decorrentes da crise econômica causada pela pandemia.

Por outro lado, a Companhia espera que essa melhora observada do risco de crédito possua natureza transitória, uma vez que as políticas de auxílio emergencial por parte do governo acabem e restrições impostas pela pandemia comecem a ser retiradas. Dessa forma a Companhia considera em seus modelos uma expectativa de deterioração do cenário, decorrente de uma normalização do risco de crédito, cujo efeito provoca o aumento do índice de cobertura observado para cada faixa de risco.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

37

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(1.058.385)	(922.504)	(564.318)
(Constituição)/Reversão de provisão.....	(525.546)	(949.030)	(767.119)
Créditos baixados para prejuízo.....	339.088	626.691	408.933
Saldo no final do semestre/exercício	(1.244.843)	(1.244.843)	(922.504)

f. Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Constituição de provisão.....	(944.855)	(1.645.233)	(1.299.113)
Reversão de provisão.....	419.309	696.203	531.994
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(525.546)	(949.030)	(767.119)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	67.537	99.627	74.179
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(458.009)	(849.403)	(692.940)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 totalizaram R\$809.457 e R\$360.631, respectivamente.

10. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas antecipadas.....	171.240	41.472
Impostos e contribuições a compensar.....	155.476	87.928
Outros recebíveis de transações de pagamento.....	133.286	44.757
Valores pendentes de liquidação (i).....	117.838	318.442
Depósitos judiciais (Nota 18).....	85.463	85.354
Rendas a receber - Partes relacionadas (Nota 19).....	3.679	9.213
Diversos.....	56.323	9.391
Total	723.305	596.557
Circulante.....	658.844	596.557
Não circulante.....	64.461	-

(i) Refere-se aos acordos contratuais relacionados ao arranjo de pagamento.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

38

11. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

		31/12/2020				
	%	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento
No país		10.000	8.283	(1.717)	(1.717)	8.283
Nu Produtos (i) Direta 100		10.000	8.283	(1.717)	(1.717)	8.283
Total geral		10.000	8.283	(1.717)	(1.717)	8.283

(i) Nu Produtos Ltda: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei n 12.375/2010 que trata das Sociedades Limitadas em 27 de agosto de 2018. Possui como atividades principais a prestação de atividades auxiliares de seguro e previdência complementar.

12. DEPÓSITOS

a. Composição dos depósitos

	31/12/2020	31/12/2019
Conta de pagamento.....	5.350.734	5.334.604
Conta de pagamento - Partes relacionadas (Nota 19).....	160	-
Recibo de Depósito Bancário (RDB).....	23.110.995	4.094.037
Recibo de Depósito Bancário Vinculado (RDBV).....	469.737	1.425.862
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).....	101.436	-
Total	29.033.062	10.854.503
Circulante.....	28.776.645	10.854.503
Não circulante.....	256.418	-

b. Abertura por vencimento

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Conta de pagamento.....	5.350.734	-	-	5.350.734	5.334.604
Conta de pagamento - Partes relacionadas (Nota 19).....	160	-	-	160	-
Recibo de Depósito Bancário (RDB).....	22.451.823	504.191	154.982	23.110.995	4.094.037
Recibo de Depósito Bancário Vinculado (RDBV).....	469.737	-	-	469.737	1.425.862
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).....	-	-	101.436	101.436	-
Total	28.272.454	504.191	256.418	29.033.062	10.854.503

A Conta do Nubank, conta de pagamento pré-paga do Nubank, é um produto da Nu Pagamentos. Tais depósitos são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da Circular no 3.681/13 do BACEN, sendo remunerados por 100% do CDI e possuindo liquidez diária.

A Conta do Nubank também oferece a modalidade de depósito em Recibo de Depósito Bancário (RDB) emitido pela Nu Financeira. Tais recursos possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em novembro de 2019, o Grupo emitiu uma nova modalidade de aplicação, o Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDBV), 100% vinculados a títulos públicos, com remuneração indexada a 100% do CDI, e também distribuídos via Conta do Nubank. A partir de março de 2020 o montante de RDBV foi reclassificado para a rubrica contábil de Depósitos a prazo (anteriormente apresentado na rubrica de dívidas subordinadas).

Em julho de 2020, o Grupo realizou emissão de instrumento de Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) sem alienação de recebíveis no montante de R\$100.000, remunerado à taxa de CDI + 1% a.a. e com vencimento em julho de 2022. Essa captação observa os limites estabelecidos pela Resolução nº 4.222/13 do CMN, apurado de forma consolidada pelas instituições associadas ao FGC que sejam integrantes do mesmo conglomerado.

Em setembro de 2020, o Grupo lançou uma nova modalidade de aplicação na Conta do Nubank, através do RDB com resgate programado. Tal modalidade difere de uma aplicação em RDB comum pois possui prazos de resgate entre 3 e 36 meses e rendimentos entre 102% a 126% do CDI, mantendo a garantia do FGC.

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos de dívida emitidos	404.494	399.888
Letras financeiras	312.567	310.588
Letras de câmbio	91.927	89.300
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	98.281	88.018
Letras financeiras subordinadas	98.281	88.018
Total	502.775	487.906
Circulante	350.033	1.306
Não circulante	152.742	486.600

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida emitidos	29.213	320.820	54.461	404.494	399.888
Letras financeiras	-	312.567	-	312.567	310.588
Letras de câmbio	29.213	8.253	54.461	91.927	89.300
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	-	98.281	98.281	88.018
Letras financeiras subordinadas (i)	-	-	98.281	98.281	88.018
Total	29.213	320.820	152.742	502.775	487.906

(i) Os instrumentos elegíveis a capital emitidos pela subsidiária Nu Financeira possuem opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,8% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Marcação a mercado</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>				<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Instrumentos de dívida emitidos	399.888	-	13.740	-	(9.008)	(126)	404.494
Letras de câmbio	89.300	-	3.975	-	(1.222)	(126)	91.927
Letras financeiras	310.588	-	9.765	-	(7.786)	-	312.567
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	88.018	-	10.490	(227)	-	-	98.281
Letras financeiras subordinadas	88.018	-	10.490	(227)	-	-	98.281
Total	487.906	-	24.230	(227)	(9.008)	(126)	502.775

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

40

	<u>31/12/2018</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Marcação</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>Saldo inicial</u>			<u>a mercado</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Instrumentos de dívida emitidos	1.212	383.350	15.326	-	-	-	399.888
Letras de câmbio.....	1.212	83.350	4.738	-	-	-	89.300
Letras financeiras.....	-	300.000	10.588	-	-	-	310.588
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	75.000	4.398	8.620	-	-	88.018
Letras financeiras subordinadas....	-	75.000	4.398	8.620	-	-	88.018
Total	1.212	458.350	19.724	8.620	-	-	487.906

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos emitidos são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) e a taxas de juros pré-fixadas. Os títulos indexados à taxa referencial de juros (DI) variam entre 113% e 118% (2019 - 113% e 119%) e os títulos indexados à taxa pré fixada entre 8,35% e 12,80% (2019 - 8,35% e 12,80%).

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Valores vinculados ao Banco Central (i).....	401.982	-
Reservas compulsórias - Banco Central.....	226.351	-
Valores a liquidar - Outros sistemas de liquidação.....	-	368
Total	628.333	368
Circulante.....	628.333	368
Não circulante.....	-	-
Passivo		
Valores a liquidar - Bandeira.....	17.310.378	12.007.466
Valores a liquidar - Outros sistemas de liquidação.....	7.170	-
Total	17.317.548	12.007.466
Circulante.....	17.317.548	12.007.466
Não circulante.....	-	-

(i) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao BACEN, realizados pelo Grupo, titular de Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no BACEN, para operações de pagamentos instantâneos.

Para a linha de Valores a liquidar - Bandeira, as transações locais realizadas na função crédito seguem, aproximadamente, um prazo de liquidação de D+27, contados da data de processamento das compras; já as transações internacionais, observam o prazo de D+1, também considerando a data de processamento.

As transações realizadas na função débito seguem um prazo de liquidação de D+1 com relação à data do processamento.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

41

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**a. Composição de obrigações por empréstimos**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos		
No país.....	-	137.770
No exterior - Partes relacionadas (Nota 19).....	254.696	249.424
Total	254.696	387.194
Circulante.....	-	137.770
Não circulante.....	254.696	249.424

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos					
No país.....	-	-	-	-	137.770
No exterior.....	-	-	254.696	254.696	249.424
Total	-	-	254.696	254.696	387.194

c. Movimentações dos empréstimos

	<u>31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>				<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por empréstimos							
No país.....	137.770	-	3.836	-	(135.000)	(6.606)	-
No exterior.....	249.424	-	12.787	69.266	(69.883)	(6.898)	254.696
Total	387.194	-	16.623	69.266	(204.883)	(13.504)	254.696
Obrigações por empréstimos							
No país.....	-	250.000	7.664	-	(115.000)	(4.894)	137.770
No exterior.....	195.237	249.499	7.260	(4.234)	(193.381)	(4.957)	249.424
Total	195.237	499.499	14.924	(4.234)	(308.381)	(9.851)	387.194

Não existem operações de empréstimos no país em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 as obrigações por empréstimos no país possuíam taxas pós-fixadas entre 1,05% do CDI e 1,60% do CDI.

As obrigações por empréstimos no exterior, possuem como contraparte a Nu Holdings, e foram realizadas em condições usuais de mercado, na moeda dólar e que possuem taxa pré-fixada de 5,00% ao ano (5,00% em 31 de dezembro de 2019).

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS COLATERALIZADOS

a. Composição de obrigações por empréstimos colateralizados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos colateralizados		
Cotas seniores	414.542	684.866
Total	414.542	684.866
Circulante	358.986	269.969
Não circulante	55.556	414.897

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Cotas seniores					
1ª série	-	-	-	-	133.629
2ª série	6.313	18.834	-	25.147	50.164
3ª série	83.839	250.000	55.556	389.395	501.073
Total	90.152	268.834	55.556	414.542	684.866

A Nu Pagamentos realizou securitização dos direitos creditórios oriundos do uso do produto cartão de crédito, conferindo aos titulares dos direitos creditórios o direito de recebimento de determinado fluxo de pagamento, presente e futuro.

O FIDC Nu adquire os direitos creditórios através da cessão de uma carteira de clientes que é compatível com a política de investimentos deste fundo. A carteira é precificada levando em conta o saldo devedor de cada cliente na data da cessão e, a partir da cessão, todo o pagamento feito pelos clientes cedidos é feito na conta de titularidade do FIDC Nu.

Esta operação foi realizada através da emissão de três séries de cotas seniores do FIDC e uma quota subordinada, a qual a Nu Pagamentos é a quotista. O resgate da quota subordinada só pode ser realizado após amortização ou resgate integral das quotas sênior.

Em fevereiro de 2019 foi realizada a emissão da última série de cotas seniores no montante de R\$500.000, com vencimento após 36 meses e remuneração indexada ao CDI adicionada de uma taxa de juros pré-fixada.

c. Movimentação das obrigações por empréstimos colateralizados

	<u>31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>			<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Cotas seniores						
1ª série	133.629	-	2.787	(133.333)	(3.083)	-
2ª série	50.164	-	2.559	(24.917)	(2.659)	25.147
3ª série	501.073	-	18.573	(111.111)	(19.140)	389.395
Total	684.866	-	23.919	(269.361)	(24.882)	414.542

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

43

	31/12/2018	Captação	Juros	Pagamentos		31/12/2019
	Saldo inicial			Principal	Juros	Saldo final
Cotas seniores						
1ª série.....	200.577	-	14.015	(66.667)	(14.296)	133.629
2ª série.....	50.181	-	4.887	-	(4.904)	50.164
3ª série.....	-	500.000	26.367	-	(25.294)	501.073
Total.....	250.758	500.000	45.269	(66.667)	(44.494)	684.866

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a pagar - Fornecedores diversos.....	323.723	225.841
Fiscais e previdenciárias.....	173.474	53.361
Provisões com folha de pagamento.....	75.152	28.696
Valores pendentes de liquidação.....	61.273	25.605
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 19).....	6.364	1.865
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	5.646	4.188
Valores pendentes de liquidação - Partes relacionadas (Nota 19).....	1	-
Total.....	645.633	339.556
Circulante.....	645.633	339.556
Não circulante.....	-	-

18. PROVISÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Civil.....	2.440	1.211
Tributário.....	83.150	83.150
Trabalhista.....	23	83
Total.....	85.613	84.444

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial e para os quais, quando requerido durante o andamento do processo, o Nubank realiza depósitos judiciais como garantia.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas do Grupo não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo.

a. Provisões para obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.441 e R\$1.211 em 31 de dezembro de 2019, considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

44

A título de obrigação legal, o Grupo possui registrado o montante de R\$83.150 em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15.

O Nubank depositou judicialmente o valor referente a essa causa e registrou na linha de Outros Créditos (conforme demonstrado a seguir no item “d”). Em julho de 2019, a Companhia decidiu desistir do processo e atualmente está aguardando a liberação para conversão dos depósitos judiciais em renda da União.

b. Movimentação das provisões

	31/12/2020			31/12/2019		
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas
Saldo inicial.....	1.211	83.150	83	809	54.506	-
Constituição.....	7.598	-	9	2.806	28.644	83
Utilização / reversão	(6.369)	-	(69)	(2.404)	-	-
Saldo final.....	2.440	83.150	23	1.211	83.150	83

c. Contingências passivas

Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$21.071 e R\$1.257 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e R\$4.887 e R\$180 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$85.463, em 31 de dezembro de 2020, e R\$85.354 em 31 de dezembro de 2019, e estão relacionados substancialmente à causa referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS.

19. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas e prestação de serviços entre empresas do Nubank e, por fim, captações realizadas através de outras empresas do Grupo.

No curso normal dos negócios, o Grupo emite cartões de crédito, empréstimos, recebe depósitos de administradores, diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia possui acordos de prestação de garantia em determinadas operações de crédito realizadas por partes relacionadas, localizadas no México. Não há provisões registradas para tais garantias devido a expectativa de perda ser considerada inexistente.

Não existem benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

45

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Outros créditos	3.679	9.213
Rendas a receber - Partes relacionadas	3.679	9.213
Rendas a receber - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	-	3.165
Rendas a receber - Nu Bn Servicios México S.A. de CV - Outra parte relacionada	2.535	6.048
Rendas a receber - Nu Colombia S.A. - Outra parte relacionada	1.144	-
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8.283	-
Nu Produtos Ltda.	8.283	-
Passivo		
Depósitos	160	-
Conta de pagamento - Nu Produtos Ltda. - Controlada	160	-
Obrigações por empréstimos	254.696	249.424
Empréstimo no exterior - Nu Holdings Ltd. - Controladora indireta	254.696	249.424
Outras obrigações	6.365	1.865
Valores a pagar - Fornecedores diversos	6.365	1.865
Valores a pagar - Nu Finanztechnologie GmbH - Outra parte relacionada	2.701	1.487
Valores a pagar - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	1.432	378
Valores a pagar - Cognitect, Inc. - Outras partes relacionadas	2.033	-
Valores a pagar - Nu Produtos Ltda. - Controlada	199	-
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
		<u>Exercício</u>
Resultado		
Receita de intermediação financeira		
Receita de intercâmbio - Nu Produtos Ltda. - Controlada	5	5
Receita de intercâmbio - Nu Produtos Ltda - Controlada	5	5
Despesa de intermediação financeira		
Despesa de juros com empréstimos - Nu Holdings Ltd. - Controladora	(6.284)	(12.787)
Despesa com juros - Nu Holdings Ltd. - Controladora indireta	(6.284)	(12.787)
Outras receitas e despesas operacionais		
Despesas de pessoal	(26.656)	(36.037)
Honorários da administração	(1.282)	(4.541)
Plano de ações	(25.374)	(31.496)
Outras despesas administrativas	(23.043)	(37.343)
Despesas de serviços especializados	(23.043)	(37.343)
Despesa com serviços de tecnologia - Nu Finanztechnologie GmbH - Outra parte relacionada	(15.352)	(22.561)
Despesa com serviços de tecnologia - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	(4.734)	(11.825)
Despesa com serviços de tecnologia - Cognitect, Inc. - Outras partes relacionadas	(2.957)	(2.957)
Outras receitas operacionais	5.886	12.232
Receita de prestação de serviços - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	-	-
Receita de prestação de serviços - Nu Bn Servicios México S.A. de CV - Outra parte relacionada	4.742	11.088
Receita de prestação de serviços - Nu Colombia S.A. - Outra parte relacionada	1.144	1.144
Resultado de participação em controladas	(1.717)	(1.717)
Nu Produtos Ltda.	(1.717)	(1.717)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$2.087.260 (R\$1.557.410 em 2019), e está representado por 243.519.633 ações (157.365.162 em 2019), sem valor nominal, divididas entre 243.354.268 ordinárias (157.199.797 em 2019) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2019), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Foi aprovado em assembleia geral o aumento de capital e sua subscrição no dia 01 de julho de 2020 no montante de R\$529.850 através da emissão de 86.154.471 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital da Nu Pagamentos foi aprovado pelo BACEN em 27 de agosto de 2020.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um Omnibus Plano de Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total da reserva de capital era de R\$243.989, e R\$104.275 em 31 de dezembro de 2019.

c. Plano de ações

Os incentivos do Grupo aos funcionários incluem prêmios na forma de SOPs e RSUs, oferecendo aos funcionários a oportunidade de comprar ações por meio do exercício das opções ou do recebimento de ações no momento da aquisição dos RSUs. O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação aos SOPs e RSUs concedidos é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período de prestação dos serviços dos empregados e de acordo com o período de aquisição. O Grupo também emitiu outras transações com pagamento baseado em ações onde concederá ações mediante o cumprimento de condições de mercado relacionadas ao valor justo da Companhia. O incentivo RSU foi implementado em 2020 e deve ser o principal incentivo daqui para frente.

No final de 2016, a Nu Pagamentos transferiu seu plano SOP para sua controladora indireta, Nu Holdings, que se tornou a emissora dos SOPs para todas as subsidiárias do programa. O preço de exercício das opções foi determinado em Reais até a transferência do plano para a Nu Holdings e, posteriormente, em Dólares Americanos, acompanhando a moeda funcional do emissor. O plano foi inicialmente aprovado pelo Conselho de Administração da Nu Pagamentos em julho de 2013. Em 30 de janeiro de 2020, a Nu Holdings aprovou seu Plano de Incentivo Omnibus que incluía a emissão de unidades de ações restritas (RSU) e certas alterações no plano de opções.

SOPs e RSUs são emitidos como parte do ciclo de desempenho, sem período de carência, e como um bônus de contratação, geralmente contendo período de carência de um ano. Durante a vida do Grupo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. As opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da outorga, o prazo contratual e após o período de carência. O prazo esperado dos SOPs foi calculado com base no ponto médio entre o tempo médio ponderado de aquisição e o vencimento contratual, pois o Grupo não possui uma atividade histórica significativa de pós-aquisição. O prazo esperado para SOPs com período de aquisição de 4 e 5 anos é de 6,25 e 6,50 anos, respectivamente.

O custo total das outorgas é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera serem adquiridos e seus valores justos na data da outorga. O número de SOPs e RSUs que se espera adquirir considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no histórico de caducidade. O descumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como decaimento do direito de concessão, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

O valor justo dos SOPs concedidos é determinado usando o modelo de precificação denominado Black-Scholes. O modelo Black-Scholes de precificação de opções leva em consideração o preço de exercício da opção, o preço da ação na data de outorga, o prazo esperado, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada da ação e outros fatores relevantes.

Os termos e condições dos planos de RSUs exigem que o Grupo retenha ações para que a obrigação fiscal do funcionário seja liquidada. Conseqüentemente, o Grupo liquida a transação numa base líquida, retendo o número de ações com um valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data da aquisição dos direitos. A obrigação fiscal do funcionário associada ao prêmio é calculada substancialmente com base na alíquota de imposto esperada e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as Outras receitas e despesas operacionais nas demonstrações consolidadas do resultado.

O valor justo das outras transações com pagamento baseado em ações foi determinado utilizando um modelo de simulação de Monte Carlo para estimar seu valor justo. O modelo de Monte Carlo leva em consideração o tempo esperado para o atendimento da condição de mercado, o preço da ação na data da outorga, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada da ação. O período de aquisição reflete o tempo esperado em que a Companhia atingirá um determinado valor justo e não será revisado posteriormente. As despesas serão registradas durante o período de aquisição, independentemente da condição de mercado ser atendida.

A vida esperada das opções de ações foi calculada conforme descrito acima e não é necessariamente indicativa dos padrões de exercício que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a hipótese de que a volatilidade histórica ao longo de um período semelhante à vida das opções de ações é um indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real.

O preço das ações usado como entrada para os modelos Black-Scholes e Monte Carlo e para os RSUs é calculado usando um único ou uma combinação de modelos de fluxo de caixa descontado (CFM) e um modelo de precificação de opção reversa (OPM), com base nas transações mais recentes das ações preferenciais.

Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data da outorga.

Os valores relativos aos planos de ações são estabelecidos substancialmente em dólares americanos, a moeda funcional da Nu Holdings, e foram convertidas para reais nas tabelas a seguir utilizando a taxa de conversão das respectivas datas para fins de apresentação.

Os movimentos no número de SOPs e RSUs do Grupo são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	PMPEO	Quantidade	PMPEO
SOPs				
Remanescentes no início do período.....	46.694.438	3,3	65.639.600	1,4
Outorgados durante o período.....	708.450	45,0	6.551.725	11,6
Exercidos durante o período.....	(6.199.631)	1,3	(24.507.500)	0,5
Desistências e cancelamentos durante o período....	(4.542.007)		(989.387)	
Remanescentes ao fim do período.....	36.661.250	4,8	46.694.438	3,3
Exercíveis ao fim do período.....	28.527.389	2,6	28.807.987	1,5

PMPEO corresponde ao preço médio ponderado de exercício das opções de ações, em reais.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

48

	31/12/2020	
	Quantidade	VJMPDO
RSUs		
Remanescentes no início do período.....	-	-
Outorgados durante o período.....	3.754.786	54,4
Transferidos durante o período.....	(344.901)	54,3
Desistências e cancelamentos durante o período.....	(191.054)	
Remanescentes ao fim do período.....	3.218.831	54,4

VJMPDO corresponde ao valor justo médio ponderado na data da outorga, em reais.

Os efeitos nas demonstrações financeiras de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Efeito líquido no resultado (Nota 23)	(114.004)	(173.682)	(50.171)
Plano de Ações.....	(94.109)	(144.665)	(50.171)
Provisão para impostos corporativos.....	(19.895)	(29.017)	-
Efeito líquido nas reservas de capital	90.613	139.714	18.078

A tabela a seguir apresenta informações adicionais relacionadas às características do SOP e do modelo de *valuation* na Nu Holdings, emissora das ações e patrocinadora dos planos:

	31/12/2020	31/12/2019
Média ponderada do período contratual remanescente das opções em anos.....	5,7	6,8
Média ponderada do valor justo das opções outorgadas (em R\$) (i).....	40,4	11,4
Média ponderada do valor justo das ações das opções outorgadas (em R\$) (i).....	56,7	16,4
Volatilidade esperada das opções emitidas (%).....	69,5 a 77,9	64,3 a 77,9
Taxa de juros livre de risco a.a. (%).....	1,3 a 1,7	1,2 a 2,6
Intervalo do preço de exercício das opções outorgadas durante o exercício (em R\$)	6,70 a 10,41	0,82 a 6,70
Zero a R\$5,20.....	97,1%	98,9%
R\$5,21 a R\$15,60.....	0,1%	-
R\$15,61 a R\$31,20.....	1,8%	1,1%
Acima de R\$31,21.....	1,0%	0,0%
Total de caixa a ser recebido quando do exercício dos SOPs remanescentes (i)		
Direitos adquiridos (<i>Vested</i>).....	74.573	44.066
Direitos a adquirir (<i>Unvested</i>).....	108.066	111.338
Média ponderada do preço das ações das opções exercidas durante o período (em R\$) (i)	54,8	38,3
Períodos mais relevantes de vesting para as outorgas remanescentes		
4 anos.....	45,6%	38,9%
5 anos.....	54,0%	60,7%
Ações recompradas e canceladas	1.171	663.000

(i) Valores convertidos pela taxa de câmbio spot de dólares americanos para reais do dia 31 de dezembro de cada período, para fins de apresentação.

A tabela a seguir apresenta informações adicionais relacionadas às características do RSUs e do modelo de *valuation* na Nu Holdings, emissora das ações e patrocinadora dos planos:

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

49

	<u>31/12/2020</u>
Períodos mais relevantes de vesting para as outorgas remanescentes	
3 anos.....	69,4%
5 anos.....	28,7%
Volatilidade esperada das opções emitidas (%)	58% to 74%
Desconto por falta de negociabilidade (%)	21,0%

21. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receita de operações de crédito	693.435	1.467.716	995.571
Receita de juros de cartão de crédito.....	557.349	1.263.983	960.534
Receita de juros de empréstimo pessoal.....	136.086	203.733	35.037
Receita de tarifas e similares	1.567.356	2.468.887	1.111.730
Receita de intercâmbio.....	924.176	1.539.031	914.591
Receita de anuidade (Nubank Rewards).....	67.560	141.911	94.051
Receita sobre recarga.....	459.418	606.537	10.985
Receita sobre acolhimentos.....	44.233	66.765	18.664
Receita sobre saques.....	45.912	61.060	7.992
Outras receitas de tarifas e similares.....	26.057	53.583	65.447
Resultado de títulos e valores mobiliários	377.031	746.934	472.761
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	98.256	178.960	200.937
Resultado de títulos públicos.....	269.517	549.328	227.792
Resultado de títulos privados.....	4.620	8.474	13.626
Resultado de cotas de fundos de investimento.....	4.638	10.172	30.406
Resultado de negociação de derivativos	(116.560)	(91.678)	(13.216)
Resultado com swaps.....	3.669	7.279	8.806
Resultado com futuro DI.....	(140.399)	(244.194)	(20.947)
Resultado com futuro dólar (i).....	19.752	139.880	(1.032)
Resultado com futuro euro.....	418	5.357	(43)
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	805	805	-
Total	2.522.067	4.592.664	2.566.846

(i) Os instrumentos do hedge de fluxo de caixa afetaram o resultado no montante de R\$28.998 e R\$44.532, respectivamente, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.072 em 31 de dezembro de 2019), referentes às despesas de infraestrutura e processamento de dados.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

50

22. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesa de juros e similares	(290.946)	(576.442)	(447.003)
Despesa de juros com depósitos remunerados	(221.474)	(445.375)	(322.734)
Despesa com títulos emitidos	(10.544)	(24.230)	(21.259)
Marcação a mercado - Letra financeira subordinada	1.226	229	(8.620)
Despesa com empréstimos tomados	(7.173)	(16.623)	(15.013)
Despesa com empréstimos colateralizados	(8.509)	(23.919)	(45.269)
Despesa com descontos concedidos	(44.472)	(66.524)	(34.108)
Despesa com tarifas e similares	(769.200)	(1.160.135)	(383.835)
Despesa com tarifas de manutenção de contas	(83.465)	(146.206)	(135.336)
Despesa com tarifas do sistema financeiro	(209.126)	(335.654)	(153.559)
Despesa com tarifas de recarga	(397.886)	(525.311)	(9.513)
Despesa com Rewards	(78.723)	(152.964)	(85.427)
Variação cambial	13.537	(60.343)	5.106
Total	(1.046.609)	(1.796.920)	(825.732)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(121.485)	(252.612)	(278.762)
Despesas com análise de crédito e cobrança	(95.593)	(168.567)	(94.845)
Emissão de cartões (i)	(25.892)	(84.045)	(183.917)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(245.067)	(499.716)	(285.844)
Despesas de pessoal	(388.686)	(708.798)	(364.473)
Proventos	(192.043)	(365.072)	(203.913)
Encargos sociais	(57.671)	(117.185)	(67.871)
Honorário da administração	(1.282)	(4.541)	(7.149)
Plano de ações	(114.004)	(173.682)	(50.171)
Outras despesas de pessoal	(23.686)	(48.318)	(35.369)
Despesas tributárias	(218.887)	(366.135)	(192.759)
PIS e COFINS	(183.305)	(308.880)	(169.066)
ISS	(22.462)	(37.376)	(21.722)
Outras despesas tributárias	(13.120)	(19.879)	(1.971)
Despesas de provisões legais	(410)	(1.169)	(485)
Outras despesas administrativas	(199.291)	(376.416)	(329.552)
Despesas de marketing	(44.664)	(69.817)	(148.215)
Despesas de tecnologia	(54.891)	(106.955)	(58.163)
Despesas de escritório	(38.255)	(78.021)	(30.808)
Despesas de serviços especializados	(45.812)	(82.532)	(54.342)
Despesas de viagem	(998)	(6.361)	(11.237)
Depreciação e amortização	(8.056)	(14.348)	(7.088)
Outras despesas administrativas	(6.615)	(18.382)	(19.699)
Resultado de participações em controladas	(1.717)	(1.717)	-
Outras receitas operacionais	6.771	22.624	19.136
Outras despesas operacionais	(25.102)	(67.770)	(69.246)
Perdas com riscos operacionais	(20.864)	(56.558)	(26.682)
Outras despesas operacionais	(4.238)	(11.212)	(42.564)
Total	(1.193.874)	(2.251.709)	(1.501.985)

(i) Os custos de emissão do cartão de crédito incluem embossamento, embalagem, custos de remessa e outros.

24. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(176.425)	(305.368)	(453.811)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	70.416	121.993	181.525
Adições/exclusões permanentes.....	(36.033)	(54.365)	(50.742)
Efeito de participação em controladas.....	2.445	2.300	8.435
Outros.....	4.434	5.257	1.892
Imposto de renda e contribuição social	41.262	75.185	141.110
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(70.239)	(111.471)	(18.266)
Tributos diferidos.....	127.667	189.342	159.601
Tributos diferidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes.....	(16.166)	(2.686)	(225)
Imposto de renda e contribuição social	41.262	75.185	141.110
Alíquota efetiva.....	23,4%	24,6%	31,1%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação		Saldo em 31/12/2020
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	253.847	-	95.902	349.749
Outras provisões passivas.....	46.109	-	66.771	112.880
Provisão para fornecedores.....	22.529	-	28.302	50.831
Provisão para programa de fidelidade.....	24.846	-	15.195	40.041
Marcação a mercado de instrumentos financeiros.....	6.116	-	475	6.591
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura.....	2.659	-	38.841	41.500
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	356.106	-	245.486	601.592
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.....	20.076	-	(18.961)	1.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	376.182	-	226.525	602.707
Marcação a mercado - Títulos para negociação.....	(2.814)	-	(37.183)	(39.997)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda.....	-	(749)	-	(749)
Marcação a mercado - Reflexa controladas.....	-	(25)	-	(25)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(2.814)	(774)	(37.183)	(40.771)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa.....	(40)	2.686	(2.686)	(2.726)
Refletido no Patrimônio líquido	(40)	2.686	(2.686)	(2.726)
Total de movimentação		1.912	186.656	

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

52

	Movimentação			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.072	-	116.775	253.847
Outras provisões passivas	35.848	-	10.261	46.109
Provisão para fornecedores	-	-	22.529	22.529
Provisão para programa de fidelidade	11.536	-	13.310	24.846
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.283	-	4.833	6.116
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	-	-	2.659	2.659
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	185.739	-	170.367	356.106
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	28.213	-	(8.137)	20.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	213.952	-	162.230	376.182
Marcação a mercado - Títulos para negociação	-	-	(2.814)	(2.814)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	-	-	(2.814)	(2.814)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa	-	-	(40)	(40)
Refletido no Patrimônio líquido	-	-	(40)	(40)
Total	-	-	159.376	-

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$602.707 (R\$376.182 em 2019), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2020 é de R\$586.167.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2021	146.566	87.941	234.507
2022	187.351	113.491	300.842
Até 2030	42.099	25.259	67.358
Total	376.016	226.691	602.707

25. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pelo Grupo para determinar seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”). Os títulos privados e cotas de fundos de investimento, cuja avaliação é baseada em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de rendimento, corroborados pelo mercado, são classificados como Nível 2.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira (“B3”) são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros baseadas em taxas de juros futuras e são classificados como Nível 2.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

Em 2020, em decorrência da descontinuidade do hedge accounting de risco de mercado das Letras financeiras subordinadas, a mesma deixou de ser um instrumento nível 2 mensurado a valor justo e passou a ser mensurado através do custo amortizado.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral

O Nubank prioriza riscos que têm um impacto significativo sobre seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos, de forma a selecionar os riscos que são fundamentais para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem comprometer o valor existente, com a possibilidade de se ter impactos nos resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem:

- a. Risco de crédito;
- b. Risco de liquidez;
- c. Risco de mercado e risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB); e
- d. Risco operacional; e
- e. Risco de tecnologia da informação.

Estrutura

A Diretoria do Grupo é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. A Gestão de Riscos está posicionada em uma estrutura independente das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, de forma a garantir isenção de conflito de interesses e segregação de funções adequadas à boa governança corporativa e às práticas de mercado.

O processo de gestão de riscos permeia todo o Grupo, estando em linha com as diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos do Grupo, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, o controle de capital apóia a gestão por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Nubank considera que uma Declaração de Appetite de Risco (“RAS”) é um instrumento fundamental para apoiar a gestão de risco e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e planejamento de capital. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, implementou: declarações qualitativas, medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, métricas de risco, liquidez e outras informações relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gestão de riscos do Nubank permite que os riscos inerentes sejam identificados, medidos, mitigados, monitorados e reportados de forma adequada para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, a saber:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gestão de riscos, controles internos e compliance. Ela garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gestão de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados, bem como comprovar sua efetiva implementação.

Outro elemento essencial da estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança têm por objetivo acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à gestão e controle de riscos do Nubank. Os principais comitês e fóruns estão descritos a seguir:

- **Comitê de Riscos:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem por objetivo assessorar o CEO e demais Diretores no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, acompanhando o nível de exposição a riscos de acordo com a Declaração de Appetite a Riscos (RAS). Também visa adotar estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank Brasil. Suas atribuições e competências estão estabelecidas em seu Regimento Interno. É composto por no mínimo 03 membros, sendo obrigatórios o CEO, CRO e um membro independente. Reúne-se no mínimo mensalmente, e suas decisões são formalizadas em ata.
- **Comitê de Crédito:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo, que tem por objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos no resultado da empresa, ambiente macroeconômico e informações referentes ao risco, mercado de crédito e competidores. Ocorre mensalmente, com os principais tópicos registrados em atas, sendo composto pelo Diretor de Risco e membros das áreas de Negócios e Crédito.
- **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem como principais atribuições avaliar a performance e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, bem como dos reportes relevantes relativos aos sistemas de controles internos, acompanhar as recomendações realizadas pelas Auditorias Interna e Independente para a Diretoria, assim como avaliar e opinar acerca do conjunto das demonstrações financeiras. Suas atribuições e competências estão estabelecidas no Estatuto Social da Nu Pagamentos e no Regimento Interno do Comitê. É composto por 03 a 07 membros, e conta com membros independentes. Reúne-se no mínimo mensalmente e suas decisões são formalizadas em ata.

- **Fóruns Técnicos:** reúnem-se regularmente para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui fórum técnico próprio, com a participação de executivos das áreas associadas: Controladoria (“Accounting and Tax”); Risco Operacional e Controles Internos; Gerenciamento de Ativos e Passivos e de Capital (“ALM”); Risco de Crédito; Riscos de Tecnologia da Informação (“IT Risk”); Proteção de Dados; Prevenção de Fraudes; Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“AML”); e Teste de Estresse. Cada Fórum Técnico se reúne mensalmente, com exceção dos Fóruns de Proteção de Dados e Prevenção de Fraudes, que ocorrem a cada dois meses.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido, entre outros itens, como:

- Risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento de obrigações contratuais relacionadas à liquidação de operações com ativos financeiros, o que inclui também instrumentos financeiros derivativos;
- A possibilidade de perdas associadas ao descumprimento de parte signatária de operações de crédito em cumprimento das obrigações financeiras nos termos contratuais pactuados;
- A possibilidade de depreciação ou redução do ganho financeiro esperados dos instrumentos devido à deterioração observada na qualidade de crédito de um signatário de operações de crédito; e
- A possibilidade de incorrer em algum custo de recuperação relacionado à deterioração da qualidade de crédito de um signatário ou contraparte do empréstimo, como desembolso para honrar garantias, coobrigações e compromissos de crédito, ou qualquer custo de execução de instrumento financeiro em atraso.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Nubank é independente das unidades de negócio e disponibiliza processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a sua aderência às políticas aprovadas e à Declaração de Apetite ao Risco. A gestão de risco de crédito também avalia e monitora os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico na carteira de crédito do Nubank para garantir que ela seja resiliente a desacelerações econômicas.

A tomada de decisão de crédito do Nubank segue a estrutura de governança, sendo as decisões tomadas e aprovadas de acordo com seu dimensionamento e definição de alçadas. As aprovações das decisões de crédito ocorrem em comitês, fóruns técnicos e fóruns de decisão designados, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa, conforme descrito anteriormente. Para o processo de tomada de decisão, as informações decorrentes do desempenho histórico são apresentadas e discutidas usando modelos preditivos internos que analisam e classificam os clientes existentes e potenciais com base em sua lucratividade e perfil de risco de crédito.

O Nubank utiliza informações internas de clientes, modelos estatísticos e outras análises quantitativas para determinar o perfil de risco de cada cliente da carteira. Essas informações são utilizadas para gerenciar o risco de crédito da carteira e mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito com avaliação periódica da movimentação dos valores das provisões. Mais detalhes sobre a metodologia de mensuração das provisões de crédito são apresentados na nota 4.

Em relação aos clientes inadimplentes, seu comportamento é continuamente acompanhado e monitorado com o objetivo de aprimorar as políticas e formas de cobrança de dívidas. As estratégias e políticas de cobrança do Nubank dependem do perfil dos clientes e das pontuações dos modelos e visam maximizar os valores de recuperação.

Com a crise econômica provocada pelo COVID-19, o Nubank monitora diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e as necessidades emergentes do novo cenário durante e após a crise. Com o objetivo de mitigar os maiores impactos na liquidez e continuar a apoiar financeiramente os clientes durante a crise, foram intensificadas novas análises de produções para atender às necessidades dos clientes, sempre considerando os níveis de risco aceitáveis pré-estabelecidos. Em linha com essa visão, o Nubank também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

A administração também monitora as exposições de instrumentos financeiros derivativos. Essas operações são negociadas na bolsa de valores brasileira (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), que é reconhecida como contraparte central qualificada (QCCP) pela Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA) e estão sujeitas a acordos de compensação. Além disso, o Nubank também possui um saldo em aberto significativo de títulos públicos federais do Brasil.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações financeiras atuais e futuras esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, considera-se também a possibilidade de o Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande porte em relação ao volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez, independente das unidades de negócio, responsável pelos processos, avaliações, monitoração, controle e reporte do risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

O risco de liquidez é monitorado para garantir que o Nubank terá ativos líquidos de alta qualidade suficientes para suportar cenários de estresse severo e também um adequado perfil de financiamento em termos de prazo, tipo e contrapartes.

O Nubank possui um Plano de Contingência de Financiamento que descreve as possíveis ações de gestão que devem ser tomadas em caso de deterioração dos indicadores de liquidez.

Periodicamente, são elaborados e submetidos ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco os seguintes itens, aplicados no acompanhamento e apoio às decisões:

- Evolução das posições de caixa de acordo com as previsões financeiras das carteiras do Nubank;
- Relatórios e gráficos de indicadores de risco; e
- Avaliação de fontes alternativas de financiamento.

c. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: as taxas de juros, preço de ações, taxas de câmbio e commodities. O IRRBB refere-se ao risco atual ou futuro para o capital e resultado do Nubank decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que podem afetar as posições na carteira bancária do Nubank.

Existe uma estrutura de gestão e controle do risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitoramento, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

A gestão do risco de mercado e do risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) baseia-se nas seguintes métricas:

- **ΔEVE:** diferença entre o valor presente da soma dos fluxos de reapreçamento dos instrumentos sujeitos ao IRRBB num cenário base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses instrumentos em cenário de choque de taxas de juros;
- **ΔNII:** diferença entre a Margem Financeira Líquida em um cenário base e a Margem Financeira em cenário de choque de taxas de juros;
- **Sensibilidade (DV01):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento

de um ponto -base a.a. nas taxas de juros atuais ou indexador;

- **Value at Risk (VaR):** perda máxima do valor de mercado para um período de duração a um nível de confiança; e
- Exposições cambiais, considerando todas as posições financeiras que trazem risco cambial e também despesas operacionais em outras moedas.

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco. A administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção do risco de mercado e exposições ao IRRBB.

Risco cambial

O Nubank também enfrenta risco cambial principalmente devido aos custos operacionais associados às suas atividades operacionais. A fim de mitigar o risco cambial, o Grupo protege os custos esperados em dólares americanos e euros da Nu Pagamentos. Para a realização dessas atividades de hedge, são utilizados instrumentos derivativos, atividade essa supervisionada pelo Fórum Técnico ALM & Capital. Além disso, o risco cambial na Nu Financeira não é coberto por ser considerado imaterial até o momento.

d. Risco operacional, incluindo riscos de tecnologia da informação

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou falha, fragilidade ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui nesta definição o risco jurídico associado à falta ou deficiência dos contratos celebrados pelo Nubank e às multas por incumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes da atividade desenvolvida.

Existe uma estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos no lançamento de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Na governança do processo de gestão de riscos, são apresentados a cada área de negócio (primeira linha de defesa) mecanismos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos de risco operacional, bem como a disseminação da cultura de controle para os demais colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados ao Fórum Técnico de Risco Operacional e Controles Internos e ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigação de riscos operacionais é atribuída às equipes de primeira linha de defesa.

As instituições financeiras e de pagamentos do Nubank, em cumprimento dos requisitos regulamentares, possuem processos que abrangem políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade do negócio para a ocorrência de eventos indesejáveis.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

O Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis resultantes de uma gama de possíveis ameaças à infra-estrutura de tecnologia da informação, incluindo cibersegurança (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (acidentes ineficazes / processo de gerenciamento de problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nubank opera em um ambiente desafiador de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de tecnologia da informação, incluindo o risco cibernético, são uma área prioritária para o Nubank e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha de defesa. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

O Risco de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição de riscos em relação às ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e cibersegurança, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são regularmente discutidos no Fórum Técnico de Riscos de TI e também apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Análise de sensibilidade

Para além dos cenários macroeconômicos considerados no cálculo da provisão, a Companhia ainda prevê possíveis impactos esperados da pandemia da COVID-19 no seu portfólio.

Durante o ano, a pandemia de COVID-19 mudou drasticamente o perfil de risco de crédito da carteira. As métricas de risco de crédito sofreram uma deterioração no começo da crise no Brasil, alcançando os maiores níveis em abril. Desde então, a Companhia tem observado uma melhora constante nos níveis de atraso e outros indicadores de risco, para patamares menores que os observados antes da crise - comportamento este que pode estar relacionado aos programas de auxílio governamental implementados durante o ano de 2020. A Companhia, portanto, considera que a melhora no perfil de risco do portfólio pode ser temporária, devido às incertezas acerca da possibilidade de uma segunda onda da COVID-19 e estímulos econômicos futuros por parte do Governo. Dessa forma, o cálculo da provisão considera ainda três possíveis cenários dados os desfechos e impactos da pandemia e evoluções no auxílio governamental prestado durante a crise.

	Otimista	Moderado	Pessimista
Provisão Total	979.120	1.087.883	1.244.843

Abaixo a Companhia detalha o que se considera em cada um dos cenários:

- a) Otimista:** Os níveis de risco observados durante 2020 persistem no mesmo patamar para o exercício de 2021;
- b) Moderado:** O risco de crédito retorna aos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19; e
- c) Pessimista:** O risco de crédito deteriora para além dos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19.

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital é estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM & Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados à capital ao Comitê de Risco.

Requerimentos de capital mínimo

O gerenciamento de capital da Nu Pagamentos tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

Adicionalmente, para atender aos requisitos regulatórios, a controlada Nu Financeira deve cumprir um nível mínimo de capital, considerando os requisitos mínimos para as instituições financeiras, de acordo com a Resolução CMN 4.193 de 1 de março de 2019.

De acordo com sua estratégia, o Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

Composição do capital

O Patrimônio de Referência (PR) da controlada Nu Financeira, utilizado para monitorar o cumprimento dos limites operacionais de Basileia impostos pelo BACEN, é a soma de três itens, sendo eles:

- **Patrimônio de Referência Nível I:** soma do Capital Principal, que consiste em capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar, que consiste em instrumentos de dívida subordinada perpétua que atendam aos requisitos de elegibilidade. É importante ressaltar que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum instrumento elegível à Capital Complementar.
- **Patrimônio de Referência Nível II:** consiste em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas que atendem aos requisitos de elegibilidade. Junto com o Capital Principal Nível I, compõe o Patrimônio de Referência Total.

Os recursos da emissão de títulos de dívida subordinada da controlada Nu Financeira são considerados capital de Nível II para fins de relação capital / ativos ponderados pelo risco, conforme demonstrado a seguir. De acordo com a legislação em vigor, o saldo da dívida subordinada foi utilizado para cálculo do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (mais informações na nota 13).

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital regulatório e os requisitos mínimos para as pessoas jurídicas do Nubank, exigidos pela regulamentação em vigor no Brasil.

Nu Pagamentos S.A.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	1.438.279	1.001.842
Quantidade máxima (b)	7.996.622	5.682.292
Média mensal de transações de pagamento.....	7.996.622	5.638.599
Balço de moedas eletrônicas.....	5.573.082	5.682.292
Razão de exigência de capital (a/b)	18,0%	17,6%

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2020

61

Nu Financeira S.A. - SCFI

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	616.605	186.202
Nível I	526.237	106.050
Capital Principal.....	526.237	106.050
Nível II	90.368	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	2.018.821	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD).....	1.938.216	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD).....	328	-
Risco Operacional (RWA OPAD).....	80.277	67.309
PR Mínimo Requerido	211.976	54.413
Margem PR	404.629	131.789
Índice de Basileia	30,5%	35,9%
RBAN - Capital Requerido.....	12.132	19.740
Margem PR considerando RBAN.....	392.497	112.049

27. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme a Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, o Grupo passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. O Grupo estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas do Grupo, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado não recorrente		
Multa por distrato em contrato de aluguel de imóvel.....	20.975	-
Despesa com assessoria - aquisição Easynvest.....	4.243	-
Total	25.218	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Mudança no quadro de diretores

No dia 19 de fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu em Assembleia Geral Extraordinária a renúncia do diretor presidente, Sr. David Vélez Osorno, conforme carta apresentada, sendo conduzida ao cargo de Diretora Presidente a Sra. Cristina Helena Zingaretti Junqueira com efeitos imediatos a partir desta data.

b. Cancelamento e conversão de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou o cancelamento de 1.650.000 ações em tesouraria, e a conversão de 165.365 ações preferenciais em ações ordinárias. Com isso, o Capital total subscrito e integralizado é de R\$2.087.260, passando a ser representado por 241.869.633 ações ordinárias, sem valor nominal.

ny bank